



**INFORMATIVO**

**O TUIUTI**



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE  
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)  
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -  
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

370 anos da Primeira Batalha dos Guararapes -100 anos da participação do Brasil na I GM

ANO 2018

Junho

Nº 277

## **A Tomada da Colônia do Sacramento em maio de 1818**

**Nota do Editor:** o texto a seguir deve ser entendido no contexto da 2ª intervenção de Dom João VI no Prata - A Campanha da Cisplatina, iniciada em 1816. Até dezembro de 1828 a Colônia do Sacramento pertenceu ao império e ao Brasil independente (após 1822).



Imagem de Colônia, Uruguai. Ao fundo, margem direita do Rio da Prata: Buenos Aires.

No início de maio de 1818, e após quase um ano e meio após a tomada de Montevidéu, vários habitantes de origem portuguesa de Colônia, liderados por Salvador Antunes Maciel, levantam-se contra a autoridade oriental e hasteiam a bandeira portuguesa, aproveitando o apoio dado pelo chefe de divisão Antonio Manuel de Noronha (1772-1860) que estava ancorado diante da povoação, com três corvetas e mais alguns barcos armados.

Após os revoltosos aprisionarem o comandante de Colônia e a pequeníssima guarnição, o capitão de fragata Diogo Jorge de Brito desembarcou com artilharia, e montou as suas peças num reduto que foi construído (Hernani Donato, no Dicionário de Batalhas Brasileiras, apresenta o dia 2 de maio, como o dia da rebelião).

### **Colônia do Sacramento**

No início de 1815, o sargento mor João Vieira de Carvalho, do estado-maior da Capitania do Rio Grande, referia que Colônia tinha

*"as suas fortificações [...] em terra, e apenas existem uns miseráveis restos de povoação que mal podem servir para acantonamento de tropas".*

Isso explica o atraso na tomada de Colônia, que se observa assim ter acontecido devido a um conjunto acidental de eventos.

No entanto, Vieira de Carvalho refere-se também à sua localização, mesmo em frente a Buenos Aires, e após Montevidéu e Maldonado, sem dúvida o

terceiro porto atlântico da Banda Oriental.

### **Alívio de Montevidéu**

Nos primeiros dias de maio, o tenente general Lecor, agora Barão da Laguna, envia uma força portuguesa, comandada pelo nosso conhecido Sebastião Pinto de Araújo Correia, para ocupar definitivamente Colônia, onde fica até à retirada final das tropas, então brasileiras, em finais de 1828.

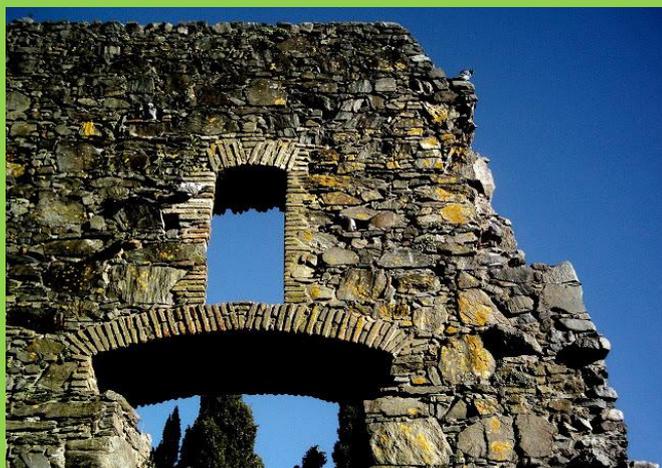
Esta força, comandada como já vimos pelo general Pinto, era composta de quatro companhias do 1º Batalhão de Caçadores e variada cavalaria da capitania do Rio Grande, assim como uma bateria montada que não foi possível identificar se era da Divisão, ou se era do Esquadrão de Artilharia Montada, do Rio de Janeiro, que atuou na Coluna Silveira, em finais de 1816, e esteve em Montevidéu a 20 de Janeiro de 1817.

A 5 de Maio, Lecor envia também uma proclamação aos habitantes de Colônia, anunciando o envio do governador intendente Sebastião Pinto de Araújo Correia e prometendo ouvir as suas petições, aliviar as suas necessidades e assegurar os seus direitos.

A expedição portuguesa de alívio à pressão oriental que ainda se fazia sentir, composta de cerca de 600 homens, chega a Colônia a 11 de maio mas só a 13 desembarca toda a expedição.

De acordo com Hernani Donato, um dia antes, a 12 de maio, as forças de cavalaria miliciana formadas por Salvador Antunes e as praças de artilharia do capitão de Fragata Diogo José de Brito

repelem um ataque de forças orientais sob o comando do comandante oriental Francisco Encarnacion Benítez.



### Memorialismo

O nosso conhecido memoriaalista João da Cunha Lobo Barreto, com 23 anos e integrado nesta força para ocupar Colônia, era ainda em 1818 tenente do 1º Batalhão de Caçadores, na 1ª Brigada de Voluntários Reais. O seu testemunho relativamente aos eventos que ocorreram em Colônia do Sacramento é muito relevante pois ele serviu na cidade de 1818 até pelo menos 1821, quando se vê apanhado como representante da sua unidade no Conselho Militar, em oposição a Claudino Pimentel. Assistiu, pois, em primeira mão ao que aqui tentamos relembrar. Lobo Barreto escreveu estas memórias muito possivelmente na década de 1850, 32 anos após os eventos.

Das memórias de João da Cunha Lobo Barreto (páginas 17-18):

*Neste estado se achavão as nossas manobras na campanha de Montevideo, quando um acontecimento veio dar lugar a novas operações no já pró-*

*ximo inverno. Enquanto uma Esquadilha tinha subido pelo Rio da Prata, entrando pelo Uruguay para abrir comunicação com a Columna do General Curado, que alcançando repetidas victorias se dirigia ao Rincão das Galinhas, o Chefe da Divisão Noronha [Antônio Manuel de Noronha (1772-1860), futuro visconde de Santa Cruz], com tres corvetas e mais alguns barcos de guerra, deitou ancora no porto de Colonia do Sacramento, e buscou abrir communição com a terra; sua prudencia e affabilidade lhe grangearão a affeição da maior parte dos habitantes deste Povo; o que constando ao sanguinario caudilho Encarnação [Francisco Encarnacion Benítez, comandante oriental], preparou-se este para castigar semelhante rebeldia: então o Brasileiro Vasco Antunes Maciel, (11) um dos mais comprometidos, convocando varios socios prenderão o commandante, e poucos soldados, ali destacados, e arvorando o Estandarte Portuguez, avizou á aquelle desta revolução, que fez, pedindo-lhe soccorro; e o dito Chefe de Divisão, já antes prevenido, concedeo, mandando-lhe algum armamento, e fazendo desembarcar o Capitão de Fragata Diogo Jorge de Brito com alguns praças de artilharia. Este fez construir logo um pequeno reducto em que montou alguns canhões; e Vasco Antunes organizou de todos os habitantes de sua confiança uma Companhia de Guerrilhas a cavallo, para guarda da Povoação, e seos suburbios. Mal que o General em Chefe teve nos 1.ºs dias de Maio aviso desta occurencia, fez immediatamente*

*embarcar para a dita praça ao General pinto com quatro companhias do 1.º Batalhão de Caçadores, commandadas pelo Coronel Manoel Jorge Rodrigues, uma Bateria de artilharia montada; algumas Milicias de São Paulo, um Esquadrão de Voluntarios do Rio Grande, commandando pelo Major Gaspar Pinto Bandeira, e as Guerrilhas do Coronel Alvim: comtudo por mais presteza com que se verificou o mesmo embarque, em razão de ventos contrarios, só começarão a saltar em terra estas tropas á 11 do dito mez, e á 13 é que chegou toda a expedição.*

*O General logo organizou um Cabildo, nomeou Administrador da Alfandega, e os Officiaes dentre os mesmos habitantes para um Regimento de Milicias, promoveo Vasco Antunes á Coronel do mesmo: nomeando iguaes officiaes para um Corpo de Civicos a pé; o qual já-mais se organisou. O General em Chefe approvou todas estas disposições.*

[...]

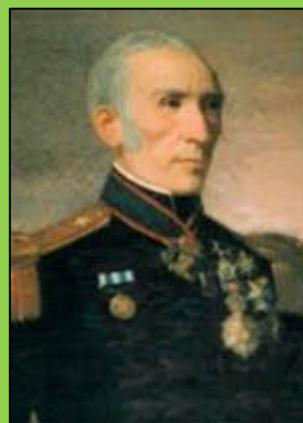
(11) A entrega de Colonia foi devida não só a Vasco Antunes como a muitos filhos do país. [nota do Conde do Rio Branco]

Fonte

BARRETO, João da Cunha Lobo, "Apontamentos historicos a respeito dos movimentos e ataques das forças do comando do general Carlos Frederico Lecor, quando se ocupou a Banda oriental do Rio da Prata desde 1816 até 1823 (...)", in: Revista do IHGB, vol. 196, Julho-Setembro 1947, 68pp. pp. 17-18.

Ordem de Batalha Portuguesa

Comandante: Sebastião Pinto de Araújo Correia



- Quatro companhias, 1.º Batalhão de Caçadores, coronel Manuel Jorge Rodrigues, com 450 efetivos;
- Uma Bateria de artilharia montada;
- 'Algumas' Milícias de São Paulo;
- Um Esquadrão de Voluntários do Rio Grande, major Gaspar Pinto Bandeira;
- Guerrilhas, Coronel Alvim;
- Uma Companhia de Guerrilhas a Cavallo, Vasco Antunes Maciel; e
- Destacamento de artilharia da Mariinha, Capitão de Fragata Diogo José de Brito.

\* \* \*

Biografias

- João da Cunha Lobo Barreto:

<http://dvr18151823.blogspot.pt/2016/11/1-brigada-joao-da-cunha-lobo-barreto.html>

- Sebastião Pinto de Araújo Correia:

<http://dvr18151823.blogspot.pt/2016/05/estado-maior-sebastiao-pinto-de-araujo.html>

Publicado por Jorge Quinta-Nova no blog:

<https://dvr18151823.blogspot.com/2018/05/tomada-de-colonia-do-sacramento-maior-de.html>



1º Caderno □ terça-feira, 13/10/81

## **ESCEME aplaude General que lembra ideário de Castello**

“Compreender a destinação das Forças Armadas e saber onde está a legalidade” foram preocupações permanentes do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro Presidente da República após o movimento militar de 1964, lembradas pelo General R/1 Murilo Gomes Ferreira, em conferência na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, aplaudida de pé no final pelos 250 oficiais-alunos da ESCEME.

O General Murilo Gomes Ferreira foi assistente do Marechal e subchefe executivo durante seu Governo. O General destacou o “padrão de chefia, comando e liderança alicerçado na coerência de atitudes, pensamento e ação do Marechal, apontando-o como “um exemplo de dedicação extrema e permanente a serviço do Exército e das Forças Armadas, cuja característica básica foi sempre a coragem de agir”.

### **Conferência**

Na longa conferência que fez, atendendo ao convite do General Diogo Figueiredo, Comandante da ESCEME, o General Murilo Gomes Ferreira historiou a carreira do antigo chefe e amigo e selecionou alguns trechos dos discursos do Marechal para lembrar o seu pensamento político. Além dos 250 oficiais-alunos da Escola, a palestra foi assistida por todo o corpo de oficiais-instrutores, pelo pessoal administrativo, pelo Comandante da ESCEME e convidados.

Entre os convidados estavam o Marechal Adhemar de Queirós, o General Meira Matos, o General Hélio Ibiapina Lima, o Coronel R/1 Luís Silveira Pumann e o filho do Marechal Castello Branco, Comandante Paulo Viana Castello Branco, que estava acompanhado da mulher.

A palestra foi organizada pelo Grêmio Marechal Castello Branco, que congrega os oficiais-alunos da ESCEME, e é promovido anualmente, como parte das comemorações pela passagem do dia de nascimento do Marechal, que comandou a Escola no período de 1955 a 1958. O Grêmio é presidido pelo oficial-aluno mais antigo do 2º ano do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, Tenente-Coronel Anibal Mendonça.

### **Pensamento Político**

O General Murilo Gomes Ferreira lembrou o discurso feito pelo Marechal Castello Branco em 28 de fevereiro de 1966, diante da oficialidade do 12º Regimento de Infantaria, destacando o seguinte trecho:

“A experiência que angariei neste quartel foi mais longe ainda: compreender a destinação das Forças Armadas e saber onde está a legalidade. A insurreição parecia-me um direito a ser exercido por um indivíduo ou por grupo com todos os riscos e os ônus, mas, para o aperfeiçoamento das instituições políticas, resguardo da eficiência militar e adiantada colocação do Brasil na América do Sul, julgava melhor, sopitando inclinações políticas, que as Forças Armadas atuassem em conjunto, com oportunidade e em face de uma necessidade indeclinável, a fim de assegurar o rumo certo ao Brasil.

“Agindo reunidas e, como tal, sujeitas aos sucessivos escalões de comando — continua — seriam elas já uma definição da própria ordem nacional e a garantia de um itinerário democrático e do progresso do país. A oportunidade e a necessidade corresponderiam, não ao simples desejo de tutelar a nação, mas em discernir a ocasião e o imperativo de uma atuação de emergência a serviço da nação. Não se cogita, então, de as Forças Armadas substituírem as instituições e empolgarem o Poder que deve governar o país, tendo-as inclusive sob seu comando supremo.

**À ESQUERDA, UMA PUBLICAÇÃO DE 1981 DE UM DOS PRINCIPAIS JORNAIS DO RIO DE JANEIRO SOBRE O MARECHAL CASTELLO BRANCO.**

**A REPORTAGEM SOBRE UMA CONFERÊNCIA REALIZADA NA ECEME EM OUTUBRO DAQUELE ANO PELO GEN DA RESERVA MURILO GOMES FERREIRA.**

**O COMANDANTE DA ECEME ERA O GEN DIOGO FIGUEIREDO.**

**ESTIVERAM PRESENTES, ENTRE OUTROS, O MARECHAL ADHEMAR DE QUEIROZ E O GENERAL CARLOS DE MEIRA MATTOS.**

**(GENTILEZA DO ACADÊMICO DOM BETO)**

**(CONTINUA)**

“Trata-se, ao contrário, de uma linha de conduta militar, nada sinuosa, ou alieatória e nunca à mercê de interesses de grupos, fardados ou paisanos. Ao invés de militarismo, opera a militância, numa situação excepcional e em auxílio às aspirações nacionais. Desde 1962, por exemplo, fizeram apelo ao Exército do povo e às Forças Armadas Populares, em ajuda a um grupo de políticos que queria desviar o Brasil de seu destino democrático e da luta por seu ordenado desenvolvimento, enquanto que, em 1964, atuaram, em consonância com a nação, e decisivamente, as Forças Armadas, como Instituições Nacionais e Permanentes”. (Os grifos são do texto original).

Outro trecho lembrado pelo General Murilo Gomes Ferreira foi o que Castello Branco, ao falar no Quartel-General da 3ª Divisão de Cavalaria, em Bagé, em 10 de outubro de 1965, reconhecia a existência de preocupação nos meios militares quanto ao destino do Brasil.

“Eu, também, as tenho — disse Castello — e não procuro transformá-las em fonte de agitação e, muito menos, em motivo para protelar decisões. Para se combater o perigo comunista, não se pode vestir a nação com a camisa de força do nazismo, maltratando os brasileiros através de um regime em que alguns civis desejam segurar no copo da espada dos militares para, ditatorialmente, passar a lâmina nos patricios que contrariam suas ambições”.

Ao concluir sua conferência, o General Murilo Gomes Ferreira lembrou o pronunciamento que Castello Branco fez, em 4 de julho de 1964, no encerramento do curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAO), defendendo-se das acusações ao seu Governo.

“Finalmente, que o Governo se entrega a cambalachos e conluios políticos. Isto não é uma injustiça, é um agravo. Também aprendi em Realengo, nos quartéis, nos Estados-Maiores, em convívio de grande camaradagem, a ser digno, a ter decoro na execução de qualquer missão. E também aprendi a dignidade de que não devo me perder em explicações em torno de injúria como esta. Agora, parece que me é permitido de vos falar e mesmo de vos perguntar qual é a vossa posição. Será a de solidariedade ao Governo? Não. Porque o Exército não é um Partido político para apresentar solidariedade ao Governo ou a quem quer que seja. Quem tem o direito de apresentar solidariedade tem o direito de apresentar também desaprovação.

”O Governo espera vosso apoio? Não. O Exército Nacional não é uma associação para manifestar, aqui, ali e acolá, o seu apoio a este ou àquele elemento, porque também terá o direito de desapoiar. Acho que a posição será aquela que ides encontrar no dever militar. Daqui a pouco, estareis na tropa, com outros oficiais, com os soldados vossos comandados. E, então, desempenhando as vossas funções de comandantes tereis, sem dúvida, realizado aquilo que o Governo preconiza e vos lembra, mas que o Brasil espera: a garantia da segurança nacional. Infeliz o Exército que deve estar em suas posições de combate para dar apoio ou solidariedade aos governantes ou à oposição. Desgraçado do Governo que esteja à espera dessa solidariedade e desse apoio. O Governo procura cumprir suas obrigações, e não desonrar o vosso dever militar”.

O General Murilo Gomes Ferreira é o presidente da Bacolar Indústria Química, empresa ligada ao holding da Norquisa, presidida pelo ex-Presidente Ernesto Geisel. Sua palestra foi realizada no dia 20 de setembro e liberada para a imprensa, na quarta-feira passada, pelo General Diogo Figueiredo.

## Guerra e religião na sociedade medieval

Rayanne Gabrielle

Falar sobre a sociedade medieval é uma tarefa complexa, principalmente por se tratar do maior período histórico existente e um dos mais controversos, inclusive quanto ao seu verdadeiro término – até hoje, alguns historiadores discordam que a Idade Média tenha terminado em 1453 d.C., com a queda de Constantinopla, preferindo estender o período até 1789 d.C., com a Revolução Francesa, marco do fim da Idade Moderna e início da Contemporaneidade.

Questões sociais, econômicas, políticas, culturais, diplomáticas, psicológicas, éticas e morais estão necessariamente implicadas nos estudos dos aspectos formativos e influenciadores de uma sociedade, fazendo da medieval uma “colcha de retalhos” nunca antes vista na história até aquele momento quando se tratam das intensas relações e ideias travadas e fomentadas, respectivamente, em sua época, transformadoras do pensamento sociocultural do homem do Velho Mundo.

Analisando mais detidamente, veremos um caldeirão de culturas interligadas (greco-romana, árabe, celta, germana...), religiões e ritos rivalizados (judaico-cristã, islâmica, politeísmo germano...), modos de fazer a guerra diversificados (por reinos, impérios, terras, comércio, religião...), conhecimento ampliado (filosofia, teologia, artes gerais, medicina...), modos de governar em conflito (reino, papado, ducado...), poderes em disputa (temporal, espiritual), mudanças tais que o maior pecado é considerar a Idade Média uma “Idade das Trevas” como propagado pelos historiadores e cientistas do século XIX. O próprio Eco (2011) aborda em uma lista bem esmiuçada o que a Idade Média não foi e nunca poderia ter sido, colocando por terra o reducionismo ao caos e à inoperância, injustamente atribuídos, a uma época bastante rica em quase todos os sentidos.

O que mais incomodou os historiadores do século XIX, que mal souberam extrair com atenção os avanços obtidos na Idade Média, foi a presença constante da religião cristã em todos os setores da sociedade, até mesmo interferindo no político-militar. Nos livros de História, sejam eles acadêmicos ou didáticos, vemos a disputa intensa entre os poderes temporal (reis e imperadores) e espiritual (papa), cuja consequência maior e mais importante foi a realização das Cruzadas, seguidas das guerras de Reconquista, ambas atendendo sobremaneira os interesses dos lados em litígio e perpetuando a condição e o estabelecimento do Cristianismo como profissão de fé e modo de vida, ao mesmo tempo em que estabelecia o poder real e senhorial no topo da hierarquia social.

Diferentemente da Antiguidade, na qual vimos as guerras como uma atividade organizada de sobrevivência e dever, no Medievo vemos o mesmo objeto sob óticas distintas pelo simples fato de ela não ser realizada sob uma única bandeira, isto é, suas frentes de defesa estão ora diante da propriedade feudal, ora diante da ameaça à religião dominante; ora diante de interesses materiais, ora diante de interesses espirituais. Como afirma Storti (2011),

Nos primórdios da Idade Média, a guerra sofre modificações radicais na Europa: na forma, no conteúdo, nas técnicas e motivações, resultantes da mudança sociocultural mais geral gerada pela união latino-germânica. É, de resto, no terreno da atividade bélica que os povos latinizados e os bárbaros encetam, numa dialética de intercâmbio que ainda hoje é difícil de avaliar com precisão, o «diálogo» que levará à formação da sociedade medieval. Mas um dado é certo: o contributo oferecido pelos bárbaros no âmbito da cultura guerreira e do universo material e mental a ela ligado é preeminente, em consequência de fatores de ordem sociológica. Observa-se que, enquanto no mundo latino a guerra constitui um instrumento para a sociedade, um dos meios por que se pode exprimir de forma racional a personalidade jurídica do Estado, para os germanos é a própria sociedade que é modelada segundo as necessidades da guerra.



São Miguel combatendo o dragão.  
Cena 14 da Taula de Sant Miquel, de Mestre de Soriguerola (séc. XIII).  
Baixa Cerdanha, Catalunha.  
In: CAVALCANTI, Carlos M. H. (dir.). **História, imagem e narrativas**.  
Rio de Janeiro: Revista Eletrônica, n. 2, ano 1, abril/2006, p. 1-28.

Embora a sociedade medieval estivesse em apuros econômico-financeiros e sob a constância da guerra, as doenças, das quais a peste negra é a mais emblemática, também faziam suas vítimas, assim como a fome e a distinção social, com possibilidades de ascensão difíceis. Recorrer à religião para encontrar respostas diante das dificuldades da vida teve na Igreja e em suas ações controladoras sociais o território perfeito para expandir seu poder e concorrer diretamente com os reinos e impérios em desenvolvimento, inclusive de maneira bélica.

Somente para fazer do Cristianismo uma religião com o porte como veio a ser conhecida na história, apóstolos, fiéis e simpatizantes foram perseguidos e massacrados, bem como mártires e santos foram criados, alguns deles tendo sido militares e governantes das mais diversas esferas de poder. Nem mesmo o ambiente celeste, povoado por anjos, foi esquecido militarmente pelos homens: o arcanjo Miguel é a entidade principal quando se fala em combater o mal e as trevas. Veja-se sua representação na obra em questão: trajado de armadura, lança em mãos e tendo por adversário, a seus pés, um dragão, a personificação do Diabo, portanto, do mal a ser combatido. Miguel é jovem, tem traços europeizados, veste trajes cujas cores lembram as cores do céu (o azul do firmamento) e a realeza de Deus (dourado). É o ideal do soldado de Deus, o guerreiro divino por excelência e que expressa, através de suas ações e virtudes, todas as qualidades exigidas para inspirar e, porque não, moldar todos aqueles que estão em busca de cumprir a missão do Senhor para libertar o mundo do caminho do mal e da perdição.

Foi com essa ideia, cada vez mais engessada, que a Igreja e as Companhias criadas a partir do século XV catequizaram os povos do Novo Mundo, finda sua missão contra os mouros, árabes e islâmicos no Velho Mundo e na Terra Santa, sem deixar de destacar o enfraquecimento gradual da Igreja Católica em face do surgimento das religiões reformistas, carregadas com a ideia da livre interpretação da palavra divina e do que o ser humano é capaz de fazer com ela.

As Cruzadas foram as atividades de disputa por espaço e alianças mais significativas para a Igreja e os reis, aliando desde a defesa da Terra Santa, em Jerusalém, e o combate ao islamismo até o esvaziamento da nobreza ociosa na Europa, das disputas por feudos e heranças e expansão do comércio de especiarias já evidente, pois as campanhas militares abriam novas rotas, possibilitavam uma diversificação de contatos e um aumento na troca de informações de toda espécie, inclusive político-militar.

Iniciadas no final do século XI e início do século XII, todas resultaram em fracassos sucessivos na luta contra os islâmicos e na defesa da Terra Santa e dos interesses da Igreja. Esse movimento mexeu com todas as ordens e esferas sociais, de modo que toda a população participasse, fosse plantando e colhendo, orando, peregrinando, comerciando, construindo templos, catedrais e castelos ou lutando, dentro e fora de seus territórios de origem, desde que fosse a serviço de Deus e de seu rei ou senhor.

As relações vassálicas fomentaram uma verdadeira revolução do gênero no serviço militar (Storti, 2011), voltada para a educação e preparação do soldado e sua consequente transformação em um cavaleiro. A instituição da cavalaria é a que guardou a concepção mais nobre do título de guerreiro (Pernoud, 1997, 76), uma combinação harmoniosa entre o espírito militar combatente e a nobreza da causa pela qual deveria estar empenhado em lutar: a defesa dos mais fracos e necessitados, o combate aos infiéis e pagãos, ameaçadores da ordem cristã estabelecida, e a proteção à fé e à honra. No mesmo período (século XII) surgiram as Ordens Militares, cujo objetivo era proteger os peregrinos que se dirigiam à Jerusalém, além de defenderem a própria Terra Santa quando ameaçada. A Ordem dos Cavaleiros Templários, dos Hospitalários e dos Cavaleiros Teutônicos são as mais conhecidas por suas intensas participações em conflitos determinantes para a preservação dos interesses da Igreja e dos reinos europeus, em meio as Cruzadas, impedindo que o bastião católico no Oriente caísse em mãos dos árabes islamizados (Morrison, 2013).

Contudo, antes das Cruzadas ganharem fôlego, a Igreja pensou a guerra e implantou uma série de medidas que contivessem a violência demasiada e desnecessária, a ambição da nobreza e a própria duração da guerra. Primeiramente, instalou a Paz de Deus, a partir do fim do século X. Conforme afirma Pernoud (1997, p. 75), foi *“[...] também a primeira distinção [...] feita, na história do mundo, entre o fraco e o forte, entre os guerreiros e as populações civis”, em que a guerra estava reservada “[...] para aqueles que estão equipados para combater [...]*”, originando assim a distinção moderna entre os objetivos militares a serem alcançados no conflito e os monumentos civis, isto é, a distinção entre o ente militar, aquele capaz de pegar em armas e combater com os conhecimentos especializados para a ação bélica, e o ente civil, aquele que deve ser protegido e não se envolver, ignorante, nos conflitos.

A Trégua de Deus vem em seguida, a partir do início do século XI, com o propósito de reduzir a guerra no tempo. Nesta,

“[...] por ordem da Igreja, é proibido qualquer acto de guerra desde o primeiro domingo do Advento até ao oitavo da Epifania, desde o primeiro dia da Quaresma até ao oitavo da Ascensão e, durante o resto do tempo, da quarta-feira à noite à segunda-feira de manhã” (PERNOUD, op. cit., p. 75-6),

com o propósito claro de, por meio dessas grandes interrupções dos conflitos, provocar o desânimo de suas realizações. Em vão. As guerras continuavam até mesmo mais devastadoras após esses interlúdios, propiciando os saques e a violência em face da demora no retorno dos militares em campanha para suas terras, sem haver uma condenação incisiva por parte da Igreja, também beneficiária ou prejudicada do sucesso ou fracasso dos conflitos.

Como visto ao longo dessa exposição, a relação sociedade-Igreja-guerra é bastante estreita e vívida no cotidiano do homem medieval e complexa de ser analisada.

A Idade Média nascera da guerra ao pôr um fim definitivo na supremacia imperial romana e deixar que diversos povos dividissem e lutassem pelo poder durante séculos, tendo como um ponto de equilíbrio dúbio o Cristianismo capitaneado pela Igreja Católica e suas ações imperativas sobre a sociedade feudal como um todo. Esta, por sua vez, esteve entre o dever de trabalhar e viver conforme a doutrina cristã, enquanto se preparava e se defendia como podia da guerra constante, fosse em prol de reinos e territórios feudais, fosse em prol da Terra Santa e dos interesses da Igreja.

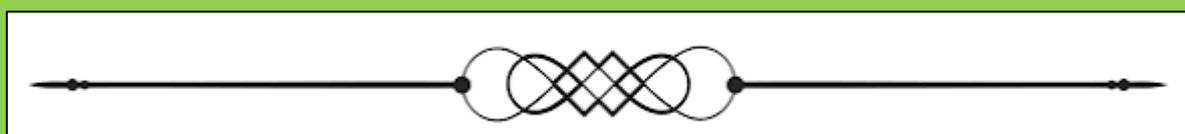
A limitação da prática da guerra pela última e o contraditório apelo ao exercício dela, recorrendo ao imaginário religioso na figura de santos, mártires e entidades celestiais travestidas para o combate, além da ameaça de penitência e excomunhão, levou milhares, senão milhões, de seres humanos, fossem nobres ou da plebe, religiosos ou não, a cruzar as fronteiras de seus territórios e embarcar em viagens e peregrinações, muitas vezes sem retorno, em busca de expiação, aventura ou simplesmente por interesses particulares.

A realização de movimentos retardatários de conflitos, como a Paz e a Trégua de Deus, e a inevitabilidade das Cruzadas para cercear a difusão do islamismo árabe sobre todo o mundo cristão até então conhecido aprofundaram as relações de apoio/rivalidade entre a Igreja e as Coroas europeias, em movimentos intensos e marcados por vitórias e fracassos.

A sociedade medieval, portanto, serviu de base para os anseios dos poderosos da época, fornecendo-lhes mão de obra nos campos e nas cidades, prestando auxílio e manutenção às tropas, aos reinos e à Igreja, servindo de coro religioso para pedir proteção e salvaguarda aos soldados de Deus e a todos aqueles que se aventuraram pela fé ou pela sobrevivência no Oriente, e contribuindo para a difusão da cultura, do conhecimento e da economia em meio às dificuldades oriundas da fome, das doenças e da ausência do livre pensar fora dos muros da religião.

#### Referências:

- ECO, Umberto. Introdução à Idade Média. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Idade Média Vol. I: bárbaros, cristãos e muçulmanos**. Lisboa: Dom Quixote, 2011.
- MORRISSON, Cécile. As estruturas das Cruzadas. In: \_\_\_\_\_. **Cruzadas**. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- PERNOUD, Régine. As relações internacionais. In: \_\_\_\_\_. **Luz sobre a Idade Média**. Lisboa: Europa-America PT, 1997, p. 71-80.
- STORTI, Francesco. Guerra e sociedade nos reinos romano-bárbaros. In: ECO, Umberto (Org.). **Idade Média Vol I: bárbaros, cristãos e muçulmanos**. Lisboa: Dom Quixote, 2011.



## **Delegacia da AHIMTB/RS em Passo Fundo, RS** **- DELEGACIA ARTHUR FERREIRA FILHO -**

Recebemos, através do Delegado da AHIMTB/RS em Passo Fundo, Sr. Ivanio Suzin, o livro cuja capa está na página seguinte, e que trata de uma das duas Colônias Militares que existiram na área do RS na segunda metade do século XIX.

A obra está à disposição dos integrantes e amigos da AHIMTB/RS.

## ENTRE A ESPADA, A CRUZ E A ENXADA:

A Colônia Militar de Caseros no norte do  
Rio Grande do Sul (1858-1878)



João Carlos Tedesco  
Alex Antônio Vanin



Instituto  
Histórico  
de Passo Fundo  
Fundado em 13 de abril de 1954

*A diversidade de nossas opiniões não resulta do fato de alguns serem mais razoáveis do que outros, mas somente do fato de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas, e não considerarmos as mesmas coisas.*

*René Descartes (Discurso sobre o método)*

### EDITOR:

**LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS**  
CEL INF EM, PRESIDENTE DA AHIMTB/RS  
LECAMINHA@GMAIL.COM

### SITES:

**WWW.AHIMTB.ORG.BR**  
**WWW.ACADHISTORIA.COM.BR**  
**SITE DO NEE/CMS: WWW.NEE.CMS.EB.MIL.BR**  
**SITE DO NÚCLEO MILITAR DE GRAMADO: WWW.NUCLEV.COM**  
**BLOG DA DELEGACIA DA AHIMTB/RS EM CRUZ ALTA:**  
**HTTP://ACADHISTORIACRUZALTA.BLOGSPOT.COM.BR/**